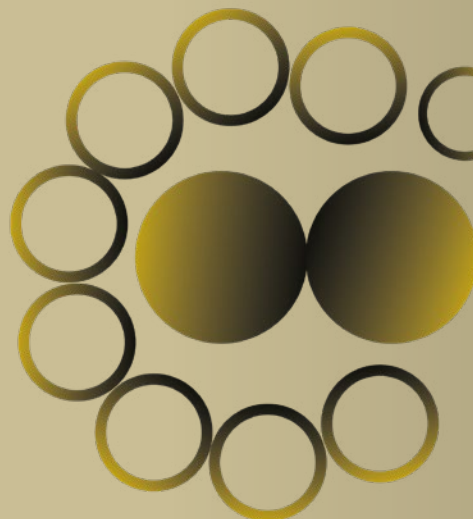




**UDIPSS
LISBOA**

UNIÃO DISTRITAL DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES
DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

Nº10 / JUNHO 2024



CONHEÇA A IPSS

ABLA

ASSOCIAÇÃO
DE BENFICÊNCIA
LUSO-ALEMÃ



DE MAIO A OUTUBRO

PARA DEBATER COM IPSS
DO DISTRITO DE LISBOA

ENTREVISTA

SECRETÁRIA DE ESTADO
DA AÇÃO SOCIAL E DA INCLUSÃO

CLARA MARQUES MENDES

**“GOVERNO RECONHECE O PAPEL
ABSOLUTAMENTE IMPRESCINDÍVEL
DAS INSTITUIÇÕES DO SECTOR SOCIAL E SOLIDÁRIO”**

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS

BALANÇO DA C.M. DA AMADORA

EM FOCO

RESGATE DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO



JOSÉ CARLOS BATALHA
PRESIDENTE DA DIREÇÃO

CONFIANÇA MÚTUA

O Setor Social e Solidário sempre olhou para o Estado com confiança. Como parceiro num serviço imprescindível que é prestado às pessoas em qualquer parte do País. Um serviço em que as IPSS se substituem ao próprio Estado.

Apraz-me registar que o atual governo, em diferentes vozes, tem reconhecido o papel das Instituições e avançado com ideias – que se passarem das intenções para a prática – vão fazer a diferença.

O Primeiro-Ministro Luís Montenegro falou numa Lei das Finanças para o Setor Social, com regras de comparticipação e critérios pré-definidos para garantir previsibilidade e sustentabilidade às Instituições.

Mais recentemente ouvimos a Secretária de Estado da Ação Social e Inclusão, Clara Marques Mendes, referir a importância do grupo de trabalho que vai definir os custos reais de cada resposta social, para fazer as atualizações em 2025. E também garantiu que vai ser mantido o compromisso de aumentar gradualmente a comparticipação ao setor social em 50% até 2026.

São sinais positivos. Fruto do trabalho e das negociações que têm sido feitas, todos os anos, com qualquer governo, ministro, secretário de estado ou autarca. O discurso do Setor Social é responsável e exigente, porque é assim que sabemos “estar” e “fazer” há tantos e tantos anos.

Há ainda outros dois aspetos que devem merecer a maior atenção da equipa governativa:

Estabelecer diálogo com as Instituições nas diferentes regiões, porque importa ouvir localmente as necessidades e as ideias.

Atender que a confiança se constrói todos os dias e tem dois sentidos. Já é altura do Estado e dos Municípios olharem com mais respeito e dignidade para as Instituições e os seus dirigentes. ●●



PRIMEIRO-MINISTRO ANUNCIA INTENÇÃO DE APROVAR LEI DE FINANÇAS PARA O SETOR SOCIAL

O primeiro-ministro Luís Montenegro apontou o desígnio do Governo aprovar uma Lei de Finanças do Setor Social, com regras de comparticipação com critérios pré-definidos, para garantir previsibilidade e sustentabilidade às Instituições.

Declaração feita, no dia 21 de junho, na Inauguração da Unidade de Cuidados Continuados do Centro Social Paro-

quial de São Tiago de Urra, em Portalegre.

A cerimónia contou também com a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Maria do Rosário Ramalho, o Bispo da Diocese de Portalegre - Castelo Branco, D. Antonino Dias, o presidente da Mesa da Assembleia Geral da CNIS, José Carlos Batalha (presidente da UDIPSS Lisboa), entre outras entidades. ●●

GOVERNO CRIA GRUPO DE TRABALHO PARA DEFINIR CUSTOS DAS RESPOSTAS SOCIAIS

O anúncio foi feito pela Secretária de Estado da Ação Social e Inclusão, na cerimónia de apresentação do estudo da CNIS sobre "A importância económica e social das IPSS em Portugal: Central de Balanços (2021)", que decorreu no dia 9 de julho, em Lisboa.

Clara Marques Mendes afirmou que "se as Instituições não falham com as pessoas, o Estado também não pode falhar com elas". ●●



“A IMPORTÂNCIA ECONÓMICA E SOCIAL DAS IPSS EM PORTUGAL: CENTRAL DE BALANÇOS (2021)”

É o quarto estudo da CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade sobre a situação económica e financeira das IPSS, com base nas demonstrações financeiras de 1000 instituições de todo o país.

O estudo tem a coordenação científica de Américo Mendes, professor associado da Universidade Católica.

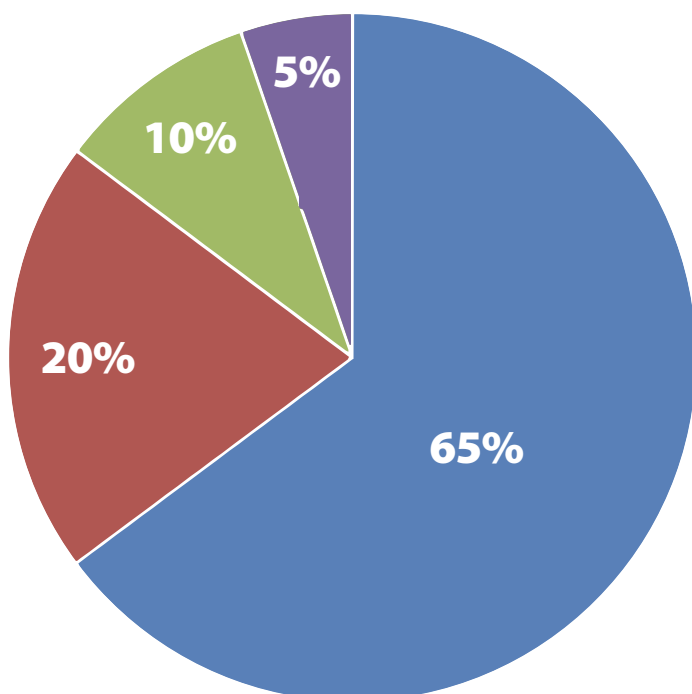
A apresentação decorreu, no dia 9 de julho, no BPI All in One, no Edifício Monumental, em Lisboa, onde estiveram a Secretária de Estado da Ação Social e Inclusão, Clara Marques Mendes, o Presidente da CNIS, Padre Lino Maia, o presidente da UDIPSS Lisboa, José Carlos Batalha, entre outros convidados.

Os três primeiros estudos tiveram como base 565 IPSS, este quarto estudo inclui uma amostra alargada com 1000 IPSS, por distritos e Regiões Autónomas e por forma jurídica.



ESTRUTURA DOS GASTOS OPERACIONAIS DAS IPSS EM 2021

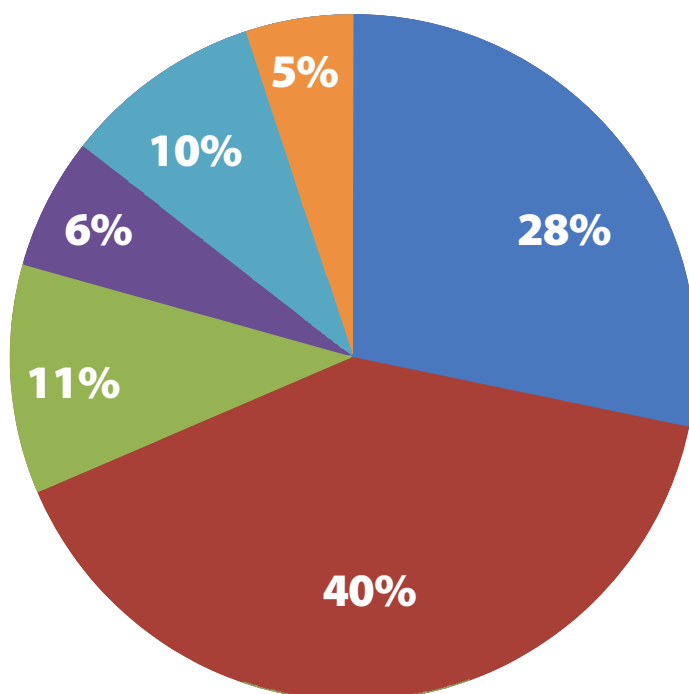
(AMOSTRA NACIONAL DE CERCA DE 1000 IPSS)



- Gastos com pessoal
- Fornecimentos e serviços externos
- Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas
- Outros gastos operacionais

ESTRUTURA DO RENDIMENTO DAS IPSS EM 2021

(AMOSTRA NACIONAL DE CERCA DE 1000 IPSS)



- Mensalidades dos utentes
- Comparticipações de outras entidades públicas
- Rendimentos próprios das IPSS
- Comparticipações da Segurança Social
- Contribuições da sociedade civil
- Outros rendimentos

TABELA N.º 31: RENDIMENTOS E CUSTOS MÉDIOS POR UTENTE E POR RESPOSTA SOCIAL EM 2021

RESPOSTAS SOCIAIS	IPSS utilizadas no cálculo dos rácios por resposta social	Custo Total Médio Anual por Utente	Rendimento Total Médio Anual por Utente	Custo Total Mensal por Utente			Rendimento Total Mensal por Utente			Diferença entre Rendimento e Custo Total Médio Mensal por Utente
				Média	Mediana	Desvio Padrão	Média	Mediana	Desvio Padrão	
ERPI	135	16 105,16	16 026,22	1 342,10	1 306,68	259,16	1 335,62	1 307,39	226,30	- 6,58
SAD	141	5 788,06	6 184,37	482,34	470,62	146,02	515,36	503,82	138,89	33,03
CENTRO DE DIA	116	7 708,32	5 460,36	644,13	548,75	444,87	457,67	401,35	244,09	-186,46
CENTRO DE CONVÍVIO	18	1 983,48	1 386,26	165,29	111,52	163,50	115,52	87,24	69,42	- 49,77
CRECHE	131	5 379,75	5 684,00	448,31	434,04	98,08	465,33	456,17	90,54	- 17,02
JARDIM DE INFÂNCIA	76	4 218,99	4 255,61	351,58	329,36	103,93	354,63	349,93	105,11	3,05
CATL	65	2 105,12	1 825,78	175,43	162,75	83,25	152,15	136,43	74,51	- 23,28
CACI	53	9 066,02	9 637,29	755,50	762,24	123,05	803,11	801,13	102,84	47,61
LAR RESIDENCIAL	41	16 684,50	18 070,90	1 390,37	1 456,06	400,14	1 505,91	1 489,38	361,21	115,53
CAT	10	20 721,48	18 580,78	1 726,79	1 702,01	345,05	1 548,40	1 521,64	356,05	- 178,39
LIJ	13	32 366,36	32 790,68	2 697,20	1 676,89	2 386,93	2 732,56	1 731,57	2 760,44	35,36
CAFAP	7	1 847,53	2 485,78	153,96	151,59	33,63	207,15	178,02	77,42	53,19

FONTE: ESTUDO CNIS

As respostas deficitárias em 2019, 2020 e 2021 foram: Centro de Dia, Centro de Convívio, CATL e CAT. A resposta ERPI foi deficitária em 2020 e 2021. A resposta CAFAP foi deficitária em 2019 e 2020. As respostas Creche e Jardim de Infância foram ligeiramente deficitárias em 2019.

Esta amostra representa 18,26% do número total de IPSS e 29,81% do total de VAB gerado pelas IPSS em 2020.

O estudo faz o apuramento de rendimentos e custos médios por utente e por resposta social, com base nas IPSS da amostra.

O estudo incluiu um capítulo novo, sobre a importância das IPSS nas respostas sociais na área da saúde.

ALGUNS DOS PRINCIPAIS RESULTADOS:

- Em 2021, a percentagem de IPSS com resultados líquidos negativos foi de cerca de 35,93% na amostra de 565 IPSS e de 35,14% na amostra maior (999 IPSS)
- Nesse ano, a percentagem de IPSS com resultados negativos antes dos encargos financeiros, imposto e depreciações e amortizações foi de 17,88% na amostra de 565 IPSS e de 17,32% na amostra maior. Este número voltou a aumentar.
- A percentagem das participações da Segurança Social no total dos rendimentos passou para níveis um pouco superiores a 40% nos anos de 2020 e 2021, com um pequeno decréscimo de um ano para o outro
- O conjunto das fontes de financiamento público passou de cerca de 46% no período 2016-2019 para perto de 50% no período 2020/21.
- Os gastos com pessoal são os que têm maior peso relativo no total dos gastos, com uma tendência de crescimento no período de 2016/2020 que foi interrompida em 2021, a



caminho de dois terços do total dos gastos operacionais.

- As IPSS representam mais de 90% do número e da capacidade da maior parte das respostas sociais na área da saúde.
- No caso das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, Unidades de Longa Duração e Manutenção e Unidades de Média Duração e Reabilitação, representam mais de dois terços do número e da capacidade destas respostas.
- No caso das Unidades de Convalescença e das Unidades de Cuidados Paliativos, as IPSS representam entre 40 e 50% do número e da capacidade destas respostas.
- As IPSS só não têm respostas no que se refere às Equipas de Cuidados Continuados Integrados. ●●

Clara Marques Mendes desempenha as funções de Secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão, desde 5 de abril de 2024. Em resposta às questões apresentadas pelo Boletim da UDIPSS Lisboa, aponta medidas que o governo está a colocar em prática e fala da relação do Estado com as Instituições do Setor Social.

“GOVERNO RECONHECE O PAPEL ABSOLUTAMENTE IMPRESCINDÍVEL DAS INSTITUIÇÕES DO SECTOR SOCIAL E SOLIDÁRIO”

- Quais são as Prioridades do Governo para o Setor Social?

As prioridades do Governo para o Setor Social, são entre outras, criar modelos que visem a sustentabilidade financeira das instituições do setor social e solidário, de acordo com as tipologias de respostas, o custo real do utente, a inflação e o aumento da retribuição mínima mensal garantida.

Esta preocupação está refletida no nosso programa de Governo, bem como na nossa ação desde que assumimos funções. Nesse sentido, constituímos um grupo de trabalho com as entidades representativas do setor social e solidário para encontrar uma fórmula de financiamento que permita garantir a sustentabilidade financeira das instituições do setor social e solidário, de acordo com as tipologias de respostas, o custo real do utente, a inflação e o aumento da retribuição mínima mensal garantida.

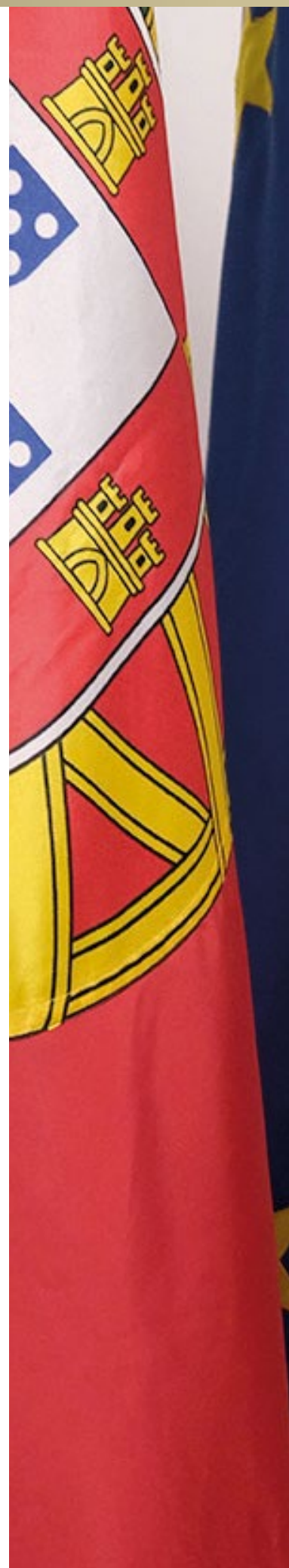
Está agendado, para o final do mês de julho, a apresentação das conclusões do estudo elaborado pelo referido grupo de trabalho para que possamos aferir qual o custo real médio de cada resposta social.

O objetivo é definir um compromisso plurianual entre o Governo e o setor social e solidário com verbas fixadas de modo transparente, previsível, dando segurança à tesouraria das Instituições.

O Governo encara as instituições do setor social e solidário como verdadeiros parceiros, pelo que só depois de analisar as conclusões, em conjunto com as entidades representativas do setor social e solidário, tomará decisões quanto às áreas que necessitam de maior investimento.

O Programa do Governo é claro quanto à relevância que será dada ao →

“O Governo encara as instituições do setor social e solidário como verdadeiros parceiros”





Setor Social e Solidário e quanto à necessidade de se avançar para a preparação de uma Lei do Financiamento do Setor Social e Solidário. Estamos a trabalhar nesse sentido.

Estas Instituições fazem um trabalho notável no combate à pobreza e apoio aos mais vulneráveis, e na nobre missão de cuidar.

- Muitas IPSS lutam, todos os dias, com dificuldades financeiras. Na sua opinião, o que está em causa e o que pode ajudar na resolução deste problema?

De acordo com o referido anteriormente, este Governo reconhece o papel absolutamente imprescindível das instituições do sector social e solidário. Por isso, urge dignificar e reforçar estas instituições, tornando mais clara e previsível a relação entre os poderes públicos e as instituições deste sector. Um dos

“ Está agendado, para o final do mês de julho, a apresentação das conclusões do estudo (sobre custo real das respostas sociais) ”

maiores problemas prende-se com a necessidade de rever os custos reais das respostas sociais para que o valor da comparticipação financeira pago pelo Estado tenha por base um estudo e não um valor aleatório, dado de forma extraordinária devido ao facto das atualizações anteriores não terem sido suficientes. Temos de mudar este paradigma, precisamente por reconhecermos as dificuldades financeiras existentes. E foi precisamente este o caminho que iniciamos e que continuaremos a seguir.

- Estava previsto aumentar progressivamente, até 2026, a comparticipação do Estado até aos 50%? Qual é a intenção do atual Governo?

O Governo irá manter esse compromisso de, gradualmente, chegar aos 50%, como aliás já, por diversas vezes, o referi.

Assim que tivermos as conclusões sobre o custo real médio das respostas sociais, estaremos em condições de, em conjunto, encontrarmos o valor das atualizações para o futuro. Com previsibilidade, como já referi.

Recordo que já foi aprovada uma das medidas prevista no nosso programa de Governo e que também se prende com a sustentabilidade e apoio do setor. Trata-se da duplicação da consignação de IRS das famílias a favor de instituições sociais de 0,5% para 1%.

Medida que se aplicará já no próximo ano. ●●

“ O Governo irá manter esse compromisso de, gradualmente, chegar aos 50% (de comparticipação)”



Dirigentes reuniram no auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras.



UDIPSS LISBOA PROMOVE REUNIÕES CONCELHIAS

Começou em Maio e vai terminar em Outubro o ciclo de reuniões concelhias promovidas pela UDIPSS Lisboa, para ouvir, esclarecer e refletir com as IPSS Associadas e não Associadas.

Os encontros já decorreram Oeiras (15 de maio), Amadora (22 de maio), Torres Vedras (5 de junho) e Vila Franca de Xira (3 de julho). O último encontro será em Lisboa, a 2 de outubro. ●●



Encontro teve lugar no Centro Social Paroquial de Alfovelos (Amadora)



O Centro Pastoral de Torres Vedras recebeu o encontro.



A reunião decorreu no CASBA - Centro de Apoio Social do Bom Sucesso e Arcena, em Alverca, e foi antecedida pela visita às futuras instalações da Estrutura Residencial de Idosos e Centro de Dia.





AMADORA
Câmara Municipal

O QUE DIZEM OS AUTARCAS?

No Concelho da Amadora, a transferência de competências permitiu maior proximidade e rapidez nas respostas sociais, acentuando o trabalho em rede que já se fazia desde 2006. Este balanço é feito por Carla Tavares, que foi presidente da Câmara Municipal da Amadora até ao dia 15 de julho, altura em que tomou posse do cargo de eurodeputada, sendo substituída por Vítor Ferreira.

- O que mudou com a Transferência de Competências no domínio da Ação Social, no seu conceito?

O Município já tinha estabelecido, em 2006, como metodologia o trabalho interinstitucional (Câmara Municipal, Instituto de Segurança Social, juntas de freguesia e IPSS) de forma a evitar a duplicação da intervenção e rentabilizando desta forma os recursos humanos e materiais existentes.

“A mais-valia deste processo foi a maior proximidade do serviço de atendimento e acompanhamento aos munícipes”



A recente transferência de competências adicionou, no nosso caso, a gestão e acompanhamento dos processos de Rendimento Social de Inserção e o atendimento social de emergência.

O modelo de funcionamento implementado na Amadora centra-se na integração do atendimento de ação social e do acompanhamento dos processos de rendimento social de inserção num modelo de intervenção integrada com uma coordenação comum permitindo assim uma gestão global centrada no munícipe e seu agregado familiar. O modelo permite também garantir a continuidade do acompanhamento aos munícipes e suas famílias em transição entre as duas tipologias de intervenção (Ação Social /Rendimento Social de Inserção), contribuindo assim para interromper os ciclos de pobreza.

A mais-valia deste processo foi a maior proximidade do serviço de atendimento e acompanhamento aos munícipes, a maior rapidez nas respostas aos problemas sociais identificados e o trabalho em rede com as várias entidades com intervenção no município.

- Como está a ser articulada a nova competência da autarquia com os dirigentes, atividades e valências do Setor Social no concelho?

A transferência de competências do domínio da ação social na Amadora obrigou a uma reestruturação dos serviços, mantendo-se a metodologia já existente desde 2006 aquando da criação no âmbito da Rede Social da Amadora do sistema de atendimento e acompanhamento social.

Manteve-se ao nível do atendimento de ação social a continuidade da parceria com as seis Juntas de Freguesia do Município e foram estabelecidos protocolos de colaboração com três instituições particulares de solidariedade social para acompanhamento dos beneficiários de rendimento social de isenção.

O serviço da ação social da autar-

“principais prioridades e/ou desafios prendem-se com a ausência de respostas de acolhimento de emergência”

quia ficou responsável pelo atendimento social de emergência e pelo atendimento social especializado a grupos específicos da população, nomeadamente nas áreas da violência doméstica. A Câmara Municipal assegura também a coordenação geral do serviço garantindo uma intervenção integrada das várias entidades envolvidas, bem como a necessária articulação com os instrumentos de planeamento em vigor, nomeadamente o Plano de Desenvolvimento Social e Saúde, contribuindo para uma gestão mais eficiente e eficaz das verbas disponíveis para os apoios à população.

-

Prioridade(s) e/ou Desafio(s) para esta nova competência autárquica?

Quanto às principais prioridades e/ou desafios prendem-se com a ausência de respostas de acolhimento de emergência, pelo que importa repensar como podem ser criadas sinergias intermunicipais para responder à escassez de respostas habitacionais na área metropolitana de Lisboa. Importa consolidar o modelo de intervenção dotando os parceiros com mais autonomia na gestão financeira das verbas disponíveis para os apoios sociais à população em situação de vulnerabilidade social.

Por fim, importa referir que a transferência não foi apenas de competências da administração central para a administração local, mas foi também uma transferência de ausência de respostas sociais adequadas às várias problemáticas em presença nos territórios das quais se destacam os alojamentos de emergência, as respostas para imigrantes em processo e regularização e/ou ao abrigo de protocolos de saúde entre outros. ●●

Carla Tavares

Ex-Presidente da Câmara Municipal da Amadora



ABLA – ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA LUSO-ALEMÃ



A ABLA - Associação de Beneficência Luso-Alemã, é um ecossistema que serve a sua comunidade envolvente local e internacionalmente, olha para cada pessoa como única e contribui para o desenvolvimento das suas competências ao longo do seu ciclo de vida.

A sensibilidade para os desafios sociais está na sua génese, desde a década de 80, em que o drama dos refugiados das ex-colónias portuguesas no Vale do Jamor deu o mote para o início do trabalho da ABLA que é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) e uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD). Hoje, ao celebrar o marco do 40º aniversário, a ABLA continua a trabalhar para a construção de uma sociedade melhor e mais justa. O combate à pobreza e exclusão social, à violência doméstica, ao abandono escolar precoce e ao isolamento dos idosos, bem como o investimento na proximidade das famílias das crianças que recebemos todos os dias, são o nosso foco.

A área educativa, área sénior e área social, os recursos

para a comunidade, e a cooperação para o desenvolvimento bem como uma Guesthouse (negócio social), constituem este ecossistema inovador e visionário.

ÁREA EDUCATIVA

Os nossos **centros infantis de Carcavelos e da Parede** abrangem neste momento cerca de 365 crianças desde o berçário até aos 6 anos, respostas nas quais as atividades curriculares são desenhadas com a colaboração de toda a equipa educativa, havendo uma formação democrática e um desenvolvimento sociomoral das crianças. Ainda na área educativa coordenamos **Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF)** em 3 Jardins de Infância da rede pública; **Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)** em 3 Escolas Básicas públicas e ainda a **Componente de Apoio à Família (CAF)**, que pretende ser uma resposta às famílias que não conseguem levar ou ir buscar os seus educandos dentro do horário escolar, e durante as interrupções letivas. Para além disso, colaboramos com

duas Ludobibliotecas, e coordenamos o projeto SALTO, projeto este que acompanha o grupo de pré-adolescentes no 2º ciclo.

ÁREA SÉNIOR

A nossa área sénior serve a população “jovem há mais tempo” do concelho e que necessita de cuidados personalizados para atender às suas necessidades, através do **Serviço de Apoio Domiciliário**, acompanhando diariamente 70 pessoas na sua casa. Também na área sénior temos o **Centro ComVida**, em Trajouce, S. Domingos de Rana, desde 2016, frequentado diariamente por cerca de 26 idosos, promovendo um envelhecimento ativo, saudável e feliz.

ÁREA AÇÃO SOCIAL

O **Gabinete de Atendimento Social** serve a comunidade das freguesias de Carcavelos-Parede e S. Domingos de Rana. Muitas pessoas recorrem a este serviço devido ao desemprego, doença ou falta de suporte familiar. Dispomos de dois **Gabinetes de Rendimento Social de Inserção** (RSI) em S. Domingos de Rana, através de um protocolo com a Câmara Municipal de Cascais, com equipas que acompanham cerca de 1000 beneficiários desta prestação social. Gerimos ainda dentro deste departamento o Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais

Carenciadas (POAPMC) financiado pelo Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas da União Europeia, na distribuição mensal de alimentos, a 250 pessoas.

A **Casa do Farol** é um apartamento partilhado, onde acolhemos de forma transitória mulheres em situação de sem-abrigo, sem rede de suporte familiar, com ou sem filhos, num contexto habitacional condigno, assegurando o bem-estar físico e mental das beneficiárias e das crianças.

RECURSOS PARA A COMUNIDADE

O **Gabinete Dívida Zero**, auxilia famílias endividadadas a gerir o seu orçamento a renegociar as suas dívidas, permitindo o cumprimento dos seus compromissos financeiros.

Outro recurso para a comunidade refere-se à saúde mental, o espaço **ABLA (Des)Envolve** trabalha com crianças, jovens e adultos, ajudando-os a desenvolver o seu potencial através de diversos serviços especializados (psicologia, terapia da fala, terapia ocupacional). A par desta intervenção, trabalhamos na área das competências parentais, aplicando o programa “Anos Incríveis”.

Sendo que grande parte do âmbito da nossa atuação ser local, não podemos esquecer que estabelecemos parcerias com organizações locais, desenvolvendo **trabalho humanitário e de cooperação para o desenvolvimento**, na Bulgária (Plovdiv), no México (Faraona), no Brasil (Piauí) e em S. Tomé e Príncipe. Ainda além fronteiras, temos 3 escolas na Guiné-Bissau (nas Ilhas das Galinhas e de Soga), há 20 anos, proporcionando educação de qualidade a mais de 600 crianças.

A nossa **Guesthouse**, em Carcavelos, é parte do nosso ecossistema sendo um negócio social onde o lucro obtido é reinvestido a 100% nos nossos projetos sociais, contribuindo para a sustentabilidade da organização.

À medida que, neste ano de 2024, celebramos 40 anos de serviço à comunidade, olhamos para trás com gratidão, para a frente com determinação e para o presente com uma renovada paixão por servir a comunidade local e internacional.

A nossa história de dedicação e compromisso inspira-nos a continuar a fazer a diferença na vida das pessoas, oferecendo apoio, educação e serviços essenciais. Estamos empenhados em enfrentar os desafios presentes e futuros com a mesma energia e entusiasmo que nos trouxeram até aqui, buscando sempre melhorar a qualidade de vida daqueles que acolhemos, capacitamos, orientamos e autonomizamos. 🌱🌱

Telma Fernandes Teixeira

Diretora





RESGATE DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO

Durante cerca de 10 anos, as entidades patronais estiveram obrigadas a efetuar contribuições mensais para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), para cada colaborador.

O DL n.º 115/2023, de 15 de dezembro, vem alterar os regimes jurídicos dos Fundos de Compensação do Trabalho definidos pela Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto e definir que as entidades empregadoras podem agora recuperar o saldo acumulado no FCT e investir em favor dos seus colaboradores.

O fim das contribuições para o FCT, realizadas entre 2013 e maio do ano passado, revelou um saldo acu-

mulado de cerca de 600 milhões de euros que agora podem recuperados. E como pode acontecer esta devolução?

Existem várias formas de recuperar o valor acumulado no FCT, entre as quais:

- Financiamento da qualificação e formação certificada dos trabalhadores;
- Financiamento de custos e investimentos com habitação dos trabalhadores;
- Financiamento de investimentos realizados de comum acordo entre empregador e trabalhadores, como refeitórios ou creches, entre outros;



- Pagamento das compensações por cessação do contrato de trabalho (nos termos do art.º 366º Código Trabalho): compensação por despedimento coletivo, extinção de posto de trabalho e inadaptação.

Nas 3 primeiras opções, estão abrangidos todos os trabalhadores, incluindo aqueles cujo contrato de trabalho não tenha dado lugar a entregas para os Fundos de Compensação. Pode ser resgatado o valor do saldo global do empregador, devido junto do FCT, podendo ser pedidos até 2 resgates, para saldos globais inferiores a 400.000€ e até 4 pedidos, para saldos globais iguais ou superiores a 400.000€ e os trabalhadores devem ser auscultados previamente.

Na 4ª opção, apenas estão abrangidos aqueles trabalhadores em relação aos quais o contrato de trabalho que tenha dado lugar a entregas para os Fundos de Compensação (contratos celebrados a partir de 01-10-

2013), até ao limite de 50% do valor da compensação que o trabalhador tenha direito na sequência da cessação do respetivo contrato de trabalho. Pode ser regatado o valor do saldo global do empregador, devido junto do FCT, podendo ser pedidos até 2 resgates, para saldos globais inferiores a 400.000€ e até 4 pedidos, para saldos globais iguais ou superiores a 400.000€.

O pedido de mobilização do FCT é efetuado online, no site do Fundo de Compensação do Trabalho. Para tal, a entidade empregadora deve especificar o montante a reembolsar e a sua finalidade, bem como os trabalhadores beneficiários, independentemente da finalidade do reembolso.

Pode consultar-se o valor disponível no site do Fundo de Compensação do Trabalho. Saldos inferiores a 400 mil euros podem ser mobilizados até duas vezes. Os saldos iguais ou superiores permitem até quatro mobilizações.

O prazo limite para resgatar a verba do FCT é 31 de dezembro de 2026. Após esta data, os saldos não reclamados serão transferidos para o Fundo de Garantia do Fundo de Compensação do Trabalho, e as entidades empregadoras perderão a oportunidade de recuperar estes montantes.

O processo de resgate pode iniciar de imediato!

É uma excelente oportunidade de recuperar uma verba da qual as entidades empregadoras já dispuseram, para investimentos em prol dos seus trabalhadores. E, atenção: 31 de dezembro de 2026 é já “amanhã”!!!

A F3M está disponível a apoiar neste processo. ●●



Filipe Cruz
Manager F3M Training Centre



CONSELHO GERAL DA CNIS

Decorreu no dia 1 de julho, em Fátima, o Conselho Geral da CNIS, no qual marcaram presença o presidente da UDIPSS Lisboa, José Carlos Batalha (também presidente da Assembleia Geral da CNIS), o vogal da direção da UDIPSS Lisboa, Manuel Melo Gomes, e o tesoureiro da FITI – Federação de Instituições de Terceira Idade, António Inácio. Na reunião, o presidente da CNIS, Padre Lino Maia, deu conta das negociações com o governo para a possibilidade de um reforço financeiro extra na comparticipação do Estado em valências como a ERPI, Centro de Dia, CATL, SAD e Lar Residencial, ainda durante o mês de Julho. ●●



13ª EDIÇÃO PRÉMIO ENVELHECIMENTO ATIVO DRA. MARIA RAQUEL RIBEIRO

Promovido pela Associação Portuguesa de Psicogerontologia (APP), este Prémio distingue personalidades em seis categorias: Intervenção Social, Arte e Espetáculo, Ciência e Investigação, Política e Cidadania, Ética e Saúde, Família e Comunidade.

É um prémio único no País uma vez que distingue pessoas com 80 ou mais anos de idade, que continuam a ter um contributo na sociedade.

A cerimónia de entrega dos Prémios vai decorrer, este ano, a 1 de Outubro (Dia Internacional do Idoso), no auditório da Fundação Montepio, em Lisboa.

O Prémio é atribuído pela APP, presidida por Maria João Quintela (vogal da UDIPSS Lisboa), em parceria com a Fundação Montepio e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. ●●

13ª EDIÇÃO PRÉMIO ENVELHECIMENTO ATIVO
Dra. Maria Raquel Ribeiro

SAVE THE DATE

1 DE OUTUBRO
A PARTIR DAS 15H

AUDITÓRIO ANTÓNIO DA COSTA LEAL
MONTEPIO - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA
RUA ÁUREA 219, LISBOA

Fundação Montepio
SANTA CASA Misericórdia de Lisboa
LISBOA
APP



ESPAÇO DA ATÍPICA DA APPDA LISBOA

Foi inaugurado, no dia 6 de maio, o novo espaço da Atípica - Diagnóstico e Intervenção, da APPDA LISBOA - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo.



Este novo espaço permite ampliar a capacidade de resposta da equipa para diagnóstico e intervenção terapêutica, promovendo assim a melhoria da qualidade de vida de mais pessoas com autismo e seus familiares. ●●

CASA DA RITA FOI VER A BELA ADORMECIDA

No dia 3 de abril, alguns jovens da Casa da Rita (Crevide) rumaram ao mundo mágico do teatro, para uma experiência única e emocionante.

O grupo teve oportunidade de assistir à peça A Bela Adormecida no teatro Politeama, e foi incrível ver como eles se divertiram. Todos saíram do teatro com sorrisos radiantes e os corações cheios de alegria.

Foi um dia inesquecível cheio de diversão, emoção e, acima de tudo, inclusão. ●●



URIPSSA

União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores

I ENCONTRO DAS IPSS DOS AÇORES

Vai decorrer, entre 9 e 14 de setembro, o I Encontro das IPSS dos Açores, promovido pela URIPSSA - União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores.

O encontro vai ser dividido em 3 temas:

- Idosos - dias 9 e 10 de setembro, na Praia da Vitória -Ilha Terceira
- Pessoas com deficiência - dias 11 e 12 de setembro, em Angra do Heroísmo (Cidade Património) -Ilha Terceira
- Crianças e jovens - dias 13 e 14 de setembro, na Ribeira Grande -Ilha de S. Miguel.

A UDIPSS Lisboa vai marcar presença na iniciativa, que será aberta à participação de IPSS de todo o País. Para mais informações contactar URIPSSA, através do email: uripssaacores@hotmail.com ●●





SEMANA SEM FRONTEIRAS

Entre 8 e 14 de abril, a CREVIDE – Creche Popular de Moscavide promoveu uma Semana dedicada à Interculturalidade, com diversas atividades, para passar a mensagem de que “respeitar a diversidade é defender o direito à igualdade. Na área alimentar, foram feitas algumas refeições provenientes de outros países e gentilmente cedidas pelos pais das crianças (por ex. moqueca de pescada, bolo de milho, chicha morada, etc). . ●●



10.ª EDIÇÃO DA ATIVIDADE INTERCENTROS “COMANDOS QE”

Os “pelotões” de 13 instituições congêneres do distrito de Lisboa alinharam na 10ª edição do peddy papper “Comandos QE”, organizada pela Associação QE (Quinta Essência), no dia 21 de junho.



Esta atividade Intercentros é constituída por diversos desafios com tarefas motoras que cada instituição inscrita deve completar em equipa. ●●

“OLHÓ ENXOVAL D’AVÓ”

O Centro Social Paroquial do Milharado inaugurou a exposição, no dia 1 de julho, e promete uma autêntica viagem ao passado, com histórias, cheiros e objetos que trazem (boas) memórias! ●●



CAMINHADAS SEMANAIS

A Junta de Freguesia de Alvalade organiza Caminhadas Semanais acompanhadas, que decorrem no Inatel, às terças e quartas-feiras, e no Campo Grande às quartas-feiras, no âmbito das iniciativas promovidas pela Comissão Social de Freguesia - Grupo Idade Maior! ●●



AGENDA

JULHO DIA 26

Dia Mundial dos Avós

AGOSTO DIA 15

Feriado religioso da Assunção de Nossa Senhora

SETEMBRO DIAS 9 A 14

I Encontro das IPSS dos Açores, promovido pela URIPSSA - União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores.

DIAS 23 E 27

Festa e Chama da Solidariedade 2024 em Bragança.

A Chama vai percorrer os 12 concelhos do distrito, começando em Mirandela e terminando em Bragança.

OUTUBRO DIA 1

Dia Internacional do Idoso
Cerimónia da

13ª edição Prémio Envelhecimento Ativo Dra. Maria Raquel Ribeiro, promovida pela Associação Portuguesa de Psicogerontologia

DIA 2

A UDIPSS Lisboa encerra o ciclo de Reuniões Concelhias, com um encontro em Lisboa.



1 DE MAIO – DIA DO TRABALHADOR

A União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Lisboa assinala o Dia do Trabalhador com dois reconhecimentos públicos:
- aos dirigentes e órgãos sociais das IPSS



que prestam um imprescindível serviço público, exercendo funções (muitos em regime de voluntariado) e aplicando as suas competências em prol das organizações que representam.

- aos colaboradores das IPSS, que são milhares de pessoas de várias idades e com várias funções, e que todos os dias estão ao serviço de pessoas mais frágeis, crianças, deficientes, idosos, refugiados ou pessoas sem-abrigo.

Neste Dia 1 de Maio celebremos o trabalho no Setor Social Solidário feito por pessoas “invisíveis”, mas que fazem a diferença para tantas famílias. ●●

16 DE ABRIL - DIA MUNDIAL DA VOZ IPSS SÃO A VOZ DOS QUE NÃO TÊM VOZ!

Celebra-se neste dia 16 de abril o Dia Mundial da Voz, com o objetivo de alertar para a importância da voz e dos cuidados para a preservar.

Nesta data, a UDIPSS Lisboa lembra que, por todo o País, as Instituições Particulares de Solidariedade Social são a voz dos que não tem voz, dos esquecidos, dos mais frágeis. Das crianças e jovens em risco, das pessoas com deficiência, dos idosos, dos doentes... de todas as pessoas que acolhemos, cuidamos e acompanhamos.

No seu trabalho silencioso, diário e exigente, as IPSS realizam um serviço público e imprescindível a milhares de pessoas e famílias. E, sim, acontecem verdadeiros milagres, a que importa, cada vez

mais, dar visibilidade. Dar Voz ao amor, ao carinho, à proximidade.

Precisamos que a Voz de todos seja escutada!

Somos Todos União! ●●



UNIÃO DISTRITAL DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

📍 Rua Amílcar Cabral, nº7, r/c - D, 1750-018 Lumiar, Lisboa

☎ 21 758 1024 (chamada para a rede fixa nacional)

✉ secretariado@udipss-lisboa.pt

Envie notícias e sugestões para o email: udipss.lisboa.comunicacao@gmail.com

O Boletim da UDIPSS está disponível no site www.udipss-lisboa.pt



Em tempo de
verão aceda a toda
a informação!

INSTITUIÇÕES
MAIS PRÓXIMAS DOS UTENTES

- ✓ VISIBILIDADE
- ✓ ACESSIBILIDADE
- ✓ CREDIBILIDADE
- ✓ PROFISSIONALISMO
- ✓ EXPERIÊNCIA DE UTILIZAÇÃO

Conheça a
OFERTA 360°
da F3M para o
setor social!

-  SOFTWARE
-  CONSULTORIA
-  FORMAÇÃO CERTIFICADA
-  TELECOMUNICAÇÕES
-  INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA
-  CIBERSEGURANÇA



Saiba como
**RESGATAR O
FUNDO DE
COMPENSAÇÃO
DO TRABALHO.**
Fale connosco!



www.f3m.pt